

A paisagem do campus da Praia Vermelha vai ganhar novos “contêineres”. Um “prédio” de três pavimentos composto por módulos habitacionais será erguido no estacionamento central. As obras começaram em 15 de maio. A previsão de entrega é em 18 de agosto, início do segundo semestre letivo.

Serão, ao todo, 135 módulos: 50 foram herdados de um convênio com o Ministério da Justiça. De acordo com a Prefeitura Universitária, no local serão remontados outros 85 contêineres da UFRJ, atualmente concentrados na área dos campos de futebol. O prefeito Paulo Mário Ripper disse que a obra busca “uma maior proximidade com as unidades acadêmicas”.

Ripper destaca que o cumprimento do cronograma independe dos problemas com o orçamento da universidade. “O financiamento da compra e da desmontagem e remontagem (dos módulos) é 100% do Ministério da Justiça”, afirma. O empreendimento estava previsto no acordo de cessão do espaço do “campinho” para base de operações de segurança nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do ano passado. O custo do projeto é de R\$ 2,6 milhões.

ESTUDANTES PROTESTAM

A construção causou a perda de 80 vagas e bagunçou a rotina do campus. Como solução emergencial, a Prefeitura demarcou outros pontos de estacionamento, dentre eles, a entrada da Escola de Comunicação (ECO).

MAIS MÓDULOS NA PRAIA VERMELHA

> Prefeitura Universitária afirma que previsão de inauguração das unidades é o início do segundo semestre letivo, em agosto

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br



Elisa Monteiro

E reabriu o portão para a Avenida Venceslau Brás desde o dia 17.

A iniciativa foi mal recebida pelos alunos da ECO, que utilizavam a rua como espaço de convivência, após a reforma interna do Palácio Universitário. O Centro Acadêmico da ECO reclama da falta de diálogo. “Ninguém avisou nada. Foi de repente”, critica Lucas Rocha.

O problema da segurança também é apontado pelos alunos e pela direção da Unidade. De acordo com o chefe de gabinete da ECO, Luiz Fernando, o acesso pela Venceslau Brás próximo à Escola foi fechado, em 2015, na crise de pagamentos aos terceirizados. Mas, depois, o isolamento foi mantido. “Sempre no verão, havia arrastões nos pontos do ônibus”, explica Luiz Fernando.

ACORDO PROVISÓRIO

O prefeito Paulo Mário se defende, afirmando que o início da parte executiva da obra por parte do Ministério da Justiça pegou de surpresa a própria administração. “Como não está na nossa mão, não tínhamos como saber quando terminariam o projeto e quando começariam propriamente a quebrar”. Sobre o portão, informou que há negociação com a diretoria da ECO para antecipar o fechamento, de 22h para 19h. Com os estudantes, o acordo foi de devolução da área com o fim da obra, em agosto. E um espaço de socialização alternativo será feito na lateral do prédio.



UFRJ É 100

Adufrj lança, no dia 5, campanha para mostrar a excelência da universidade

UFRJ de portas abertas

> Escola de Química inicia curso pré-vestibular para alunos de escola pública

SILVANA SÁ

silvana@adufjrj.org.br

Começou em 12 de maio a primeira turma do pré-vestibular social “Nós no CT”. A iniciativa é de professores da Escola de Química e tem a participação de estudantes de graduação e pós-graduação da universidade. “A Pró-reitoria de Extensão acolheu nosso projeto”, explica a professora Raquel Massad, uma das coordenadoras da iniciativa.

A turma é composta por 60 estudantes de ensino médio da rede pública situada no entorno do Fundão, especialmente Ilha do Governador, Penha, Maré e Ramos. As aulas acontecem todos os dias, das 18h30 às 21h30, na sala I-119, no Centro de Tecnologia.

O projeto prioriza alunos de baixa renda. Professor da Escola de Química e

um dos idealizadores do pré-vestibular, Fábio Pereira justifica a preferência. “Há pouquíssima diversidade na área de exatas, entre os estudantes e menos ainda entre professores”. Fábio foi professor de Matemática em curso na Maré, em 2016, mas precisou abandonar o projeto por conta da violência. Ele revela que isto colaborou para que surgisse a ideia do pré-vestibular na própria UFRJ. “A nossa ideia é fazer as pessoas

se sentirem pertencentes a este espaço. Sentirem que podem ser UFRJ”.

INICIATIVAS SEMELHANTES

Na universidade, há três outras iniciativas de pré-vestibulares sociais. A mais antiga delas é o Samora Machel, parceria entre o Sintufrj e o CCMN. Na Faculdade de Letras, funciona o Ação. No CCS, o Pré-Universitário Comunitário Rubem Alves iniciou suas atividades em 2003.



Silvana Sá

Principal dificuldade enfrentada pelo projeto no CT é conseguir financiamento para material de estudo, diz a coordenadora Raquel Massad

Toda poluição será cobrada

> Comissão de cientistas indica taxas para emissões de gases de efeito estufa

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

Taxar a poluição é uma das formas apresentadas pelos cientistas para combater o aquecimento global. “Das emissões de gases de efeito estufa no planeta, 87% não estão sujeitas a nenhuma penalização monetária”, explica o professor

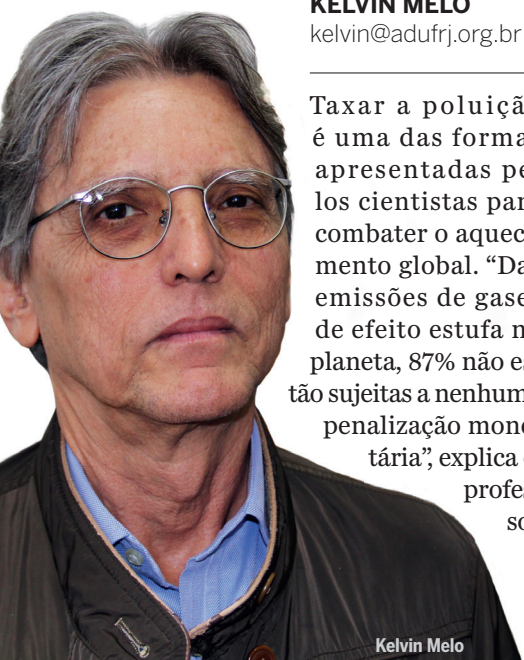
Emilio La Rovere (foto), do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ. Mesmo entre os 13% das emissões que sofrem alguma taxa, a maioria dos governos cobra muito pouco.

No último dia 29, uma comissão coordenada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001, o americano Joseph Stiglitz, e por Lord Nicholas Stern, presidente da British Academy, divulgou um relatório sobre os preços de carbono necessários para que sejam atingidas as metas climáticas do Acordo de Paris.

Os países signatários deverão cobrar de US\$ 40 a US\$ 80 por tonelada de dióxido de carbono equivalente emitida, até 2020, e US\$ 50 a US\$ 100 por tonelada, até 2030. A política deve ser combinada com medidas de incentivo ao uso de energias limpas.

Emilio La Rovere é o único brasileiro a integrar a comissão internacional, apoiada pelo governo da França e pelo Banco Mundial: “Estas faixas de preços permitem uma margem de manobra, principalmente aos países em desenvolvimento”, esclarece. “Quem sofre mais com as mudanças climáticas são os países mais pobres. E dentro dos países em desenvolvimento, sofrem ainda mais as populações pobres”, conta.

O relatório aponta, ainda, que a taxação das emissões de carbono não deve servir para os governos arrecadarem mais e encobrirem seus déficits fiscais: “A receita desta taxa deve ser devolvida à economia, reduzindo outros impostos. O governo pode desonerar a folha salarial das empresas e estimular a criação de empregos”, exemplifica La Rovere.



Kelvin Melo